



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Pessoa com Deficiência

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

CAO - Pessoa com Deficiência

edição nº 03/2022

Descrição da imagem - Parte inferior de pernas, sendo o a perna esquerda prótese e flores laranjadas e brancas enfiadas dentro das botas

SUMÁRIO

01

NOTÍCIAS DO MPMT

02

NOTÍCIAS DE OUTROS MP'S

03

NOTÍCIAS DO TJMT E OUTROS TRIBUNAIS

04

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

05

NOTÍCIAS DOS CONSELHOS

06

NOTÍCIAS DIVERSAS

07

NOVIDADES LEGISLATIVAS



EQUIPE DO CAO

Dra. Luciana Fernandes de Freitas - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO - Pessoa com Deficiência

Dr. Wellington Petrolini Molitor - Promotor de Justiça e Colaborador do CAO - Pessoa com Deficiência

Thatyane Domingues Moreira Nunes - Assistente Social

Rita de Cássia Arnaut Amadio - Analista Jurídico

Gabrielly Maria Aleknovic da Cunha - Auxiliar Ministerial



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

MPMT - ESTADO DEVE ASSEGURAR INTERNAÇÃO A MULHERES COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA



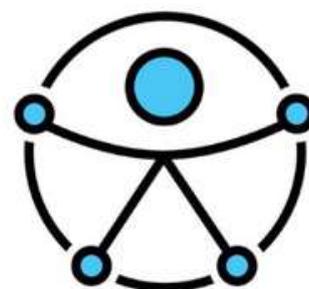
A Justiça julgou procedente Ação Civil Pública (ACP) proposta pela 1ª Promotoria de Justiça Cível de Juína (a 735km de Cuiabá) e determinou que o Estado de Mato Grosso assegure o tratamento de internação para pacientes do sexo feminino que pertençam à comarca e apresentem quadro de drogadição. Para isso, é necessário que haja laudo médico, específico e justificado, indicando a necessidade de que o tratamento da dependência química seja realizado por meio de hospitalização. (...)

Na decisão, o juiz Fabio Petengill consignou que a oferta do serviço de saúde mental a dependentes de drogas está baseada numa prestação preferencialmente ambulatorial e localizada, a partir dos Centros de Apoio Psicossocial (CAPS), tendo hospitalização como medida de urgência e necessariamente provisória. “Ainda que não seja a regra, o tratamento com institucionalização é uma das modalidades do serviço que deve ser ofertado na rede pública de saúde, em todos os seus níveis”, afirmou. Para o magistrado, “sendo a hospitalização recurso de saúde de alta complexidade, essa atribuição está sob encargo da Administração Estadual”. (...)

O promotor lembrou ainda que o Estado não possui o serviço de internação compulsória ou voluntária ao público feminino, enquanto o público masculino é atendido pelo Hospital Adalto Botelho.

MPMT - MUNICÍPIO É ACIONADO PARA QUE REFORME ESCOLA RURAL

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de Mirassol D'Oeste (a 300km de Cuiabá) propôs Ação Civil Pública contra o Município, requerendo liminarmente a reforma, manutenção e adequação às normas de acessibilidade do prédio da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, localizada na zona rural. O Ministério Público pediu ainda a fixação de multa para o caso de descumprimento da liminar, a ser arcada pelo prefeito e pelo secretário Municipal de Educação, e revertida ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Acessibilidade

MPMT - TAC ESTABELECE PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DE CAPSI EM SORRISO

O prefeito de Sorriso, Ari Genézio Lafin, firmou Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso comprometendo-se a implantar um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) para atendimento a crianças e adolescentes com transtornos mentais. O cronograma para implementação deverá ser apresentado ao MPMT no prazo de 60 dias. A previsão é de que a implantação seja concluída em até um ano.

A garantia do direito à saúde mental de crianças e adolescentes é uma das prioridades estabelecidas no Planejamento Estratégico do Ministério Público de Mato Grosso. Em todo o estado, promotores de Justiça estão sendo orientados a atuar junto aos municípios para assegurar a implementação da cobertura de rede de cuidado e tratamento ambulatorial para uso abusivo de substância psicoativa (droga).

Segundo a promotora de Justiça Maisa Fidelis Gonçalves Pyrâmides, o município de Sorriso não dispõe de Serviços de Residência Terapêutica, especialmente Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi). A cidade, que conta com uma população de aproximadamente 92 mil habitantes, mantém em funcionamento apenas o Ambulatório de Saúde Mental Infantojuvenil.

MPAM

-  MPAM investiga cadastro de PCDs entre reeducandos das unidades prisionais de Manaus
-  Ministério Público do Amazonas investiga a falta de acessibilidade em clínica hospitalar
-  MPAM investiga acolhimento de pessoas com deficiência em SAI de Manaus
-  MPAM apura irregularidades no atendimento de PCDs em ônibus do transporte público de Manaus
-  MPAM apura falta de interiorização da Carteira de Pessoa Com Deficiência no Estado do Amazonas

MPPE

-  MPPE recomenda implementação de medidas para atendimento de saúde e psicossocial para crianças e adolescentes em situação de dependência química
-  MPPE obtém decisão liminar para que município forneça medicamentos para tratamento de criança portadora de TEA
-  MPPE recomenda criação de projeto de lei para intérpretes de Libras serem equiparados a professores

MPPB

-  Respeito e Diversidade: MPPB recebe selo de reconhecimento de boas práticas
-  MPPB - Vista Serrana se compromete a implantar Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

MPPI

-  MPPI obtém decisão judicial para que o município de Teresina e o estado instalem residências inclusivas voltadas à pessoa com deficiência
-  MPPI realiza audiência sobre acessibilidade na paróquia Nossa Senhora de Lourdes em Teresina
-  MPPI promove audiência com representantes da Apae Teresina e Semcaspi sobre garantia da prestação dos serviços assistenciais em espaços que cuidam de pessoas com deficiência na capital

MPMG

-  MPMG celebra Memorando de Entendimento com órgão da ONU para promover projetos de acesso à justiça e construção de sociedades inclusivas

MPSP

-  MPSP - Promotoria consegue professor auxiliar para aluno com deficiência em Várzea Paulista
-  MPSP - A pedido de Promotoria, Fórum de Francisco Morato deverá garantir acessibilidade
-  Alvo de ação do MPSP, clínica clandestina que recebia meninas em Itatiba tem atividades suspensas

MPAC

-  MPAC consegue transferência de guarda de jovem com transtorno mental
-  MPAC inspeciona acessibilidade no transporte público escolar

MPRN

-  MPRN recomenda que Prefeitura convoque concursados para CAPS II
-  MPRN quer acessibilidade no prédio que abriga o campus da UERN em Caicó
-  MPRN obtém acordo judicial que prevê acessibilidade de maternidade
-  Atuação do MPRN visa coibir venda de bebidas alcoólicas a pessoas com deficiência mental
-  MPRN ajuíza ação contra Município visando a reserva e sinalização de vagas de estacionamento

MPPR

-  MPPR expede recomendação para que Universidade Estadual de Maringá respeite lei que destina 5% de vagas a pessoas com deficiência

MPPA

-  MPPA: Justiça homologa acordo de não persecução cível firmado pelo MPPA, que beneficiará o Abrigo São Vicente de Paulo e a APAE
-  MPPA realiza vistoria em prédio do Centro de Atenção Psicossocial

MPRJ

-  MPRJ ajuíza ação para que o Estado implemente residências inclusivas para adultos com deficiência acolhidos irregularmente no abrigo Almir Madeira, em Niterói
-  MPRJ consegue no STJ importante vitória garantindo a proteção do direito fundamental à acessibilidade nas estações da Supervia

MPSC

-  Projeto de lei aprovado na ALESC homenageia Promotora de Justiça aposentada do MPSC, diagnosticada com esclerose lateral amiotrófica (ELA), em 2018.
-  Liminar obtida pelo MPSC obriga Município de Imbituba a tornar passeios públicos acessíveis

MPDFT

-  Participe da cidade: MPDFT lança vídeo sobre educação inclusiva
-  MPDFT quer aumento do número de educadores sociais nas escolas da rede pública
-  MPDFT - Participe da cidade: cadastro nacional da pessoa com deficiência é tema de novo vídeo

MPGO

-  MPGO recebe coletivo mães em movimento pelo autismo
-  MPGO ajuíza ação para garantir atendimento e internação para tratamento psiquiátrico e de dependência química em Senador Canedo

MPTO

-  Formação de rede voltada à inclusão de pessoas com deficiência é discutida entre MPTO e TJ
-  Termo assinado pelo MPTO visa oferecer oportunidade de reabilitação a envolvidos com drogas e álcool
-  MPTO - Promotora de Justiça e integrantes da rede de saúde mental se reúnem para discutir alinhamento de estratégias de projetos relativos a internações psiquiátricas

MPCE

-  MPCE cobra criação de Delegacia do Idoso e da Pessoa com Deficiência em Maracanaú
-  TJCE mantém sentença favorável ao MPCE e determina que Município de Fortaleza disponibilize apoio escolar para alunos com deficiência

MPRO

-  MPRO intensifica atuação para efetivação de transporte escolar, educação inclusiva e atividades de reforço com retorno de aulas presenciais

MPF

-  MPF pede esclarecimentos à Previdência sobre paralisação dos peritos médicos e possíveis prejuízos aos beneficiários
-  MPF: UFPA simplifica documentação exigida de pessoas com deficiência para inscrições em concursos
-  Secretaria da Previdência atende pedido conjunto do MPF, DPU e OAB para garantir manutenção das perícias médicas
-  MPF - Agência do Trabalho em Vilhena (RO) deve ter acessibilidade, recomenda MPF
-  Após recomendação do MPF, Correios ampliam abrangência de serviço gratuito para pessoas com deficiência visual
-  Ifro deve reservar cotas pelo número total de vagas em concurso, recomenda MPF
-  MPF - IFPA contrata intérpretes de Libras para todas as unidades da instituição

Tribunal de Justiça de Mato Grosso

-  TJMT - Juiz determina que criança com epilepsia receba remédios do Estado
-  TJMT - Juíza determina que Detran forneça intérprete de Libras para deficientes auditivos de Campo Verde
-  TJMT - Centro de Solução de Conflitos da Saúde Pública: acordo traz celeridade em demandas de alto custo

Tribunal de Justiça de Goiás

-  Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJGO define ações para os primeiros meses de 2022
-  TJGO - Hospital é condenado a indenizar mulher que ficou com sequela permanente no braço adquirida durante o seu nascimento
-  TJGO: Justiça autoriza retenção de aluno autista de seis anos no ensino infantil
-  TJGO: Programa Com Viver em Goiânia possibilita a inserção de estagiários com Síndrome de Down no mercado de trabalho



Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

- 🔨 Decisão Judicial TJRJ - Mulher com transtorno de estresse pós traumático. Permissão de embarque com cachorro. Auxílio do cão emocional se equipara aos de cães guias no auxílio aos deficientes auditivos e visuais

Tribunal de Justiça de São Paulo

- 🔨 Plano de saúde deverá manter prestação de home care, decide TJSP
- 🔨 TJSP - Cliente com deficiência visual será indenizada por exigência de testemunhas para abertura de conta

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

- 🔨 TJDFT - Justiça determina que empresa de ônibus garanta acessibilidade de passageiro
- 🔨 Jurisprudência TJDFT - Estatuto da pessoa com deficiência. Interpretação sistemática. Ampliação dos limites da curatela
- 🔨 TJDFT - Aluno com deficiência impedido de acompanhar aulas virtuais deverá ser indenizado



Tribunal de Justiça do Acre

-  TJAC - Ente público deve reestabelecer gratuidade no transporte público à pessoa com dificuldade de locomoção

Tribunal de Justiça do Tocantins

-  TJTO - Desembargador Pedro Nelson e servidoras da Cogersa discutem ações sobre acessibilidade com representante do MPE
-  TJTO - Roda de Conversa: Mente Sã, Corpo Sã debate busca pela saúde mental, física e espiritual

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

-  Jurisprudência TJMG - Alegação de inaptidão da curadora nomeada para o exercício do múnus. Ausência de provas. Pessoa com razoável lucidez

Tribunal de Justiça do Maranhão

-  TJMA destaca Dia Mundial das Doenças Raras.



Tribunal de Justiça do Ceará

- 🔨 TJCE -Plano de saúde deve fornecer medicamento para paciente com degeneração na retina e risco de cegueira total

Tribunal de Justiça da Bahia

- 🔨 TJBA - Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do PJBA realiza primeira reunião do biênio 2022/2024
- 🔨 TJBA - Vara Especializada em Custódia de Salvador realiza audiência de deficiente auditivo com a presença de intérprete de libras

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

- 🔨 TJMS amplia convênio com Pestalozzi e empregará 29 jovens com deficiência

Tribunal de Justiça de Sergipe

- 🔨 Palestra sobre dependência química está disponível no canal do TJSE no YouTube



Tribunal de Justiça de Pernambuco

-  TJPE - Trabalhadora rural comprova espondilolistese na coluna e obtém aposentadoria por invalidez

Tribunal de Justiça do Amazonas

-  Estacionamentos dos Fóruns do TJAM na capital terão vagas reservadas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)



STF

- ▶ STF - PDT pede liminar contra demora do INSS para análise de benefícios

STJ

- ▶ STJ - Laudo médico pode ser dispensado na propositura da interdição se o interditando se negar a fazer o exame
- ▶ Fevereiro Roxo: STJ adere à campanha de conscientização sobre lúpus, fibromialgia e Alzheimer
- ▶ STJ - Segunda Seção retoma análise sobre rol da ANS; para relator, lista é taxativa, mas admite exceções
- ▶ STJ - Ministra Nancy Andrighi vota pelo caráter exemplificativo da lista da ANS; novo pedido de vista suspende julgamento

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNJ - JUDICIÁRIO FAZ DEBATE SOBRE RELIGIÃO, POPULAÇÃO DE RUA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

“O acesso à Justiça, Proteção da Diversidade e Pessoas com Deficiência” foi o tema da palestra da juíza do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Élbia Rosane Sousa de Araújo. Apresentada pelo conselheiro do CNJ Mário Maia, a palestrante fez uma exposição sobre a necessidade de ampliação das condições de acessibilidade aos serviços do Judiciário. “Quando falamos em acessibilidade, nos referimos à qualidade do acesso, que deve ser viabilizado tanto no ambientes físicos quanto nos digitais.”

Ela destacou o trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Democratização e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários do CNJ para superar as barreiras que impedem o acesso à justiça para as pessoas com deficiência. Segundo ela, as escolas judiciais podem desempenhar um papel fundamental na capacitação de operadores e operadoras do Sistema de Justiça. “É preciso que se dissemine o conhecimento técnico da legislação para lidar minimamente com as pessoas com deficiência.”

Segundo Élbia Araújo, as barreiras precisam ser superadas desde o início do atendimento, com a preparação alcançando desde a portaria até a magistratura. “O combate às barreiras atitudinais inclui desde a preparação para o atendimento às pessoas com deficiência, até à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços que possam ser usados por todos sem a necessidade de adaptação ao projeto específico.”

- Os novos critérios para sessões de tratamento para portadores de TEA
- Educação inclusiva: da escola pública ao mercado de trabalho
- DPU, MPF e OAB cobram ações do governo federal diante de nova paralisação de peritos médicos
- Senadores registram a importância do mês destinado à conscientização de doenças raras
- Ministério lança, em Niterói, Guia de Atividade Física em braile
- Artigo: Principais doenças da coluna que dão direito a aposentadoria por Incapacidade Permanente
- OPINIÃO - STJ pode pacificar reajuste por faixa etária de planos de saúde
- Governo federal deixa de exigir prova de vida presencial do INSS
- Liminar suspende cobrança integral e garante isenção parcial de IPVA para PCD
- A internação involuntária de dependentes de drogas em situação de rua
- Plano de saúde deve fornecer sessões ilimitadas de terapia ABA



- **AMPID - Nota Pública sobre o empenho da AMPID na efetivação em todo país do direito à prioridade na vacinação das crianças com deficiência**
- **Comissão avalia multa maior quando consumidor lesado for pessoa com deficiência**
- **Mãe de aluna autista reclama de descaso na volta às aulas: 'sem equipe de apoio, enfermeira e merendeira'**
- **INSS autoriza avaliação social de pessoas com deficiência por videoconferência**
- **Pessoas com deficiência são vítimas de ataques de ódio nas redes sociais**
- **Moradores com deficiência têm centro especializado para denunciar crimes em Ribeirão Preto, SP**
- **Caixa contrata 992 pessoas com deficiência concursadas**
- **Doenças psiquiátricas podem dar direito a aposentadoria?**
- **Terapeuta ocupacional: a importância do profissional para a inclusão de pessoas com deficiência**
- **Interrupção do PRONON e PRONAS/PCD prejudica programas para tratamento de câncer e de pessoas com deficiência em todo o país**
- **Juiz determina suspensão de IPVA para pessoa com deficiência**
- **TRF4 - Análise de aposentadoria por invalidez não deve ficar restrita à prova técnica**



- Seminário internacional discute mecanismos de fortalecimento dos direitos da pessoa com deficiência
- O rol da ANS sobre a os procedimentos médicos a serem cobertos pelos planos de saúde
- Banco deve indenizar por não disponibilizar contrato em braille para cliente cega
- TRF1 -INSTITUCIONAL: Senado aprova projeto de lei que prorroga até o fim de 2024 a garantia de custeio das perícias do INSS
- Estudante com dificuldades de aprendizagem pode ser mantido no 1º ano
- CJF - “Conversas sobre a controvérsia” aborda intervenção cirúrgica e concessão de aposentadoria por invalidez
- Seminário abre diálogo para fortalecimento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência no Brasil
- Debatedores pedem inclusão de medicamento para doença de Batten na lista do SUS
- Julgamento do STJ sobre rol da ANS é suspenso por novo pedido de vista
- CAS fará audiência pública sobre tratamento para Doença de Batten
- Justiça concede aposentadoria por invalidez a indígena com tetraplegia
- Deputados comentam julgamento do STJ sobre planos de saúde e defendem cobertura ampla aos segurados



- **TRF1 - INSTITUCIONAL:** Psicólogo destaca em palestra que o enfrentamento dos transtornos mentais relacionados ao trabalho deve ser feito em nível institucional

- **Condomínio** deve indenizar moradora por não fornecer vaga adequada para PCD

- **STJ** suspende greve dos peritos médicos do INSS e sugere mediação para solucionar o conflito

- **TRF3** - União deve fornecer medicamento a paciente com doença de Pompe

- **Projeto** fixa prazos mínimos para o INSS analisar pedidos de benefícios e aposentadorias

- **Projeto** permite que artesão exerça atividade sem perder BPC ou aposentadoria por invalidez

- **Projeto** insere apoio a esporte olímpico e paralímpico entre critérios de desempate em licitação

- **Projetos** sobre trânsito, acessibilidade e segurança estão prontos para análise da CCJ

- **Aumenta** número de estudantes matriculados em escolas especiais





Aprovado projeto que cria política de atenção psicossocial nas escolas; texto vai à Câmara



Projeto cria política para inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho



Projeto determina que empregador assegure ambiente de trabalho que proteja trabalhador com deficiência



Projeto torna gratuitos serviços notariais e de registro para pessoas com deficiência



Projeto fixa regra para terapia nutricional de pessoas com transtornos do espectro autista



Projeto prevê punição para empresas e órgãos públicos que não têm sites acessíveis para pessoas com deficiência



Projeto permite uso de cão de apoio emocional em lugares públicos



Projeto do governo altera LDB para adequar terminologia referente a pessoas com espectro autista



Projeto garante benefícios previdenciários para cuidadoras não remuneradas de idosos ou pessoas com deficiência



Projeto assegura compra remota de ingressos por pessoa com deficiência



Projeto inclui regras para atendimento de pessoas com deficiência na Lei dos Planos de Saúde



MPMT | Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Centro de Apoio Operacional
Procuradoria Geral de Justiça

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br

Contato:

cao.pessoacomdeficiencia@mpmt.mp.br

Descrição da imagem - Mulher cadeirante em uma cafeteria com uma xícara nas mãos olhando o notebook